

RESUMO - CIÊNCIAS HUMANAS - HISTÓRIA

**A ASCENSÃO DOS CURSOS DE PEDIATRIA E A ASSISTÊNCIA INFANTIL
NO RIO DE JANEIRO NA PRIMEIRA REPÚBLICA**

Lucas Aranha Sodré Peçanha (aranhasodrelucas@gmail.com)

Josué Custódio Rodrigues Da Silva (josuecustodio.398@gmail.com)

Edilene Santos Portilho (edilenesantos@ufrj.br)

O trabalho analisa em que medida a ascensão dos cursos de medicina - mais especificamente a área de pediatria - durante o contexto da Primeira República no Rio de Janeiro pós-abolição trouxe efeitos no que diz respeito à assistência infantil. À época, o desenvolvimento de políticas públicas estava atrelado ao discurso não só político como também os discursos científicos, e a justificativa científica acerca das ideias de raça e etnia, desenvolvimento nacional e progresso.

Assim como os casos relacionados aos cortiços, a Infância passa por diversos processos aos quais demonstram especificamente variados modos de compreensão sobre a garantia e aparato de vida das crianças. Essas variações significam perspectivas de como as crianças são vistas e de quais possuem garantia de acesso à uma infância. Há duas formas de inferência sobre isso: a infância como direitos e sua própria visualização como uma faixa etária que em seu escopo demonstra uma fase de assistência - tanto de modo geral quanto de instituições sociais, econômicas e políticas.

Nesse prisma social republicano, a assistência infantil e sua existência dentro desse contexto nos faz inferir de que modo o Estado conduziu a garantia de direitos civis e sociais. Na mesma linha de raciocínio, quais indivíduos receberam aparato enquanto outros não tiveram a mesma garantia. Demonstra, para além de como foi a construção, estruturação e garantia dos direitos, a forma como também pela mesma estrutura social houve a omissão de aparelhos estatais pela homogeneização desses mesmos direitos para ex-escravizados, atuantes no processo do pós-abolição e classes sociais que viriam a surgir no pós-abolição e de formação de identidade nacional.

No caso particular da infância e das políticas públicas de saúde na antiga capital, é necessário pensarmos como todas as questões relacionadas à assistência articulam o tratamento para tornar o Rio de Janeiro um local de referência e que obteve resolução para saneamento e principalmente, que conseguiu trazer resoluções para diminuir as manifestações e grupos sociais que criticavam ativamente o papel do Estado e de suas instituições e a manutenção da garantia de direitos, visando a sua ampliação. Crianças negras e migrantes, ou oriundas do contexto pós-abolição muitas vezes não eram atendidas - seja pela questão social, econômica, mas principalmente, pela saúde. Para além disso, o acesso ou a sua falta demonstram a quem o atendimento fora priorizado e a quais grupos o Estado por meio de suas políticas dava aparato.

Em relação à ascensão dos cursos de medicina e no deste trabalho, o da pediatria, cabe ressaltar de que modo a medicina fora construída, quais suas bases teóricas e seus principais atores para sua implementação do modo que se sucedeu. Essa base teórica trará as condições para que a assistência infantil seja conduzida, dependendo de onde e a qual criança será assistida, com toda garantia dentro da lei, integralmente precária ou sequer chegar ao acesso.

Em suma, o trabalho analisa em que medida os cursos de pediatria atrelados às políticas públicas no contexto de Reformas Sanitaristas no Rio de Janeiro Republicano desenvolveram a forma de garantia ou exclusão à assistência

infantil nas camadas mais populares na capital. Com isso, quais foram os seus efeitos e de que modo - analisando a base que culminou no modo de operação da medicina local - a pediatria contribuiu para a manutenção da estrutura social de pouca ascensão social e garantia de direitos.

Palavras-chave: assistência; estado; infância; medicina; pediatria; república.